

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE ABERTURA N° 002/2012

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO NA CARREIRA DE FISCAL E DE ANALISTA DA PREFEITURA DE APARECIDA DE GOIÂNIA – GOIÁS

ANEXO IV – PROGRAMA DAS PROVAS
Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12.

ANALISTA EM INFORMÁTICA

CONHECIMENTOS GERAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição e Direito Constitucional.
2. Princípios fundamentais da Constituição da República (Arts. 1º ao 4º da CF/88).
3. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos (Arts. 5º a 16 da CF/88).
4. Da organização Político-Administrativa (Arts. 18 e 19 da CF/88).
5. Da União (Arts. 20 a 24 da CF/88).
6. Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28 da CF/88).
7. Dos Municípios (Arts. 29 a 31 da CF/88).
8. Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público (Arts. 37 a 41 da CF/88).
9. Organização dos Poderes (Arts. 44 a 135 da CF/88).
10. Da Segurança Pública (Art. 144).

Sugestões bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 24.ª Ed, 2.009.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 32.ª Ed., 2009.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos.
2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação;

revogação; prescrição.

3. Poderes e Deveres dos Administradores; uso e abuso de Poder. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder de Polícia Administrativa: conceito; competência; Poder de Polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções.

4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder Disciplinar Administrativo dos Servidores Públicos; Sindicância e processo administrativo; Estatuto dos Servidores da Prefeitura e da Câmara Municipal da Prefeitura de Aparecida de Goiânia (Lei Complementar nº 003/2001).

5. Bens públicos: conceito; classificação; afetação e desafetação; regime jurídico; aquisição; gestão dos bens públicos e alienação.

6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992).

Sugestões bibliográficas

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar n. 003/2001**. Disponível em:
<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=718>.

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=789>. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992**. Disponível em :
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 22.^a Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35.^a Ed., 2009.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Efeitos de sentidos produzidos nos textos.

2. Linguagem verbal e não-verbal.

3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação, pressuposto, subentendido, inferência, ironia, intertextualidade etc.

4. Uso de artigos, pronomes, substantivos e outros recursos estabelecadores da referência textual.

5. Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais (escolha lexical, progressão temática paralelismo sintático e/ou semântico, escolha e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido, orientação e força dos argumentos, repetição, retomadas, anáforas, conectivos, pontuação), conforme o gênero e os propósitos do texto.

6. Funcionalidade e características dos gêneros textuais: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, carta pessoal, aviso, charge, conto, crônica, tira, artigo de opinião e artigo de

divulgação científica, reportagem, notícia, propaganda institucional/educativa, caricatura.

7. Funcionalidade e características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). Análise de indicadores presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo para confrontá-lo com o de outros textos, com outras opiniões e posicionar-se criticamente diante dele.

8. Organização da frase. Sujeito e complemento sintáticos. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz verbal. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. Adjetivos. Advérbios. Preposições. Conjunções.

9. Formação das palavras. Composição, derivação. Acentuação gráfica.

10. Variação linguística: sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Usos da língua no universo virtual.

11. Língua padrão normativa. Ortografia Oficial. Pontuação.

Sugestões bibliográficas

ABAURRE, M. L. M; ABAURRE, M. B. M. **Produção de texto**. Interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. **Língua portuguesa**: noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DOUGLAS, TUFANO, **MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições do texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto: 2007.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. **Português instrumental**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática**: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

MATEMÁTICA

1. Conjuntos Numéricos: Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos; Números racionais e irracionais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto; Números complexos: conceito, operações e representação geométrica.

2. Progressão Aritmética e Progressão Geométrica: Razão, termo geral e soma dos termos; Situações-problema envolvendo progressões.

3. Noções de Matemática Financeira: Razão e Proporção; Porcentagem; Juros simples e composto.

4. Equações e Inequações: Conceito; Resolução e discussão.

5. Funções: Conceito e representação gráfica das funções: afim, quadrática, exponencial, logarítmica, trigonométricas e modulares; Situações-problema envolvendo funções.

- 6. Sistemas de equações:** Conceito; Resolução, discussão e representação geométrica.
- 7. Análise Combinatória:** Princípio fundamental de contagem; Combinações e permutações.
- 8. Noções de Estatística:** Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos; Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda.
- 9. Probabilidade:** Probabilidade de um evento; Interseção e reunião de eventos; Probabilidade condicional.

Sugestões bibliográficas

Poderá ser utilizado qualquer livro do Ensino Médio ou Superior que trate dos assuntos do programa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

INFORMÁTICA

- 1. Engenharia de Software:** Modelos de processo de desenvolvimento de software; Engenharia de Requisitos; Projeto Arquitetural; Projeto detalhado de software; Teste de software. Metodologias ágeis de desenvolvimento de software. Análise e projeto orientado a objetos. Modelagem orientada a objetos usando a UML. Métricas e estimativas de software. Gerência de configuração de software. Qualidade de Software.
- 2. Noções de MPS-BR e CMMI.**
- 3. Orientação a objetos:** conceitos básicos e linguagem de programação Java.
- 4. Desenvolvimento para web:** HTML, XML, CSS, Javascript e PHP.
- 5. Fundamentos de Banco de Dados:** conceitos. Modelo relacional. Definição de tabelas. Projeto de bancos de dados (normalização, modelagem lógica e física de dados). MySQL e PostgreSQL: conceitos, instalação, administração, configuração, comandos e detecção de problemas.
- 6. Lógica de programação:** construção de algoritmos; tipos de dados simples e estruturados; variáveis e constantes; comandos de atribuição, entrada e saída; operadores e expressões; avaliação de expressões; estruturas de controle, seleção, desvio e repetição; passagem de parâmetros; recursividade; métodos de ordenação, pesquisa e hashing.
- 7. Estrutura de dados:** listas lineares, lista de prioridades, pilha, fila e deque. Árvores binárias de busca; Árvores balanceadas; Busca digital; Processamento de cadeia.
- 8. Sistemas operacionais:** conceitos; multiprogramação; programação concorrente; gerência do processador; entrada e saída; gerência de memória; memória virtual; sistema de arquivos; segurança; Linux; Windows.
- 9. Manutenção e Configuração de Software e Hardware:** reconhecimento, configuração e forma correta de conexão de componentes; instalação de periféricos, tais como: modem, kit multimídia, impressora, scanner, webcam, pen drive, entre outros; formatação e particionamento do disco rígido para a instalação e configuração dos sistemas operacionais Windows e Linux Slackware/Debian/Ubuntu; manutenção básica de impressoras.
- 10. Conhecimentos básicos de aplicativos para edição de textos, planilha eletrônica e editor de apresentação utilizando software livre e software comercial.**
- 11. Normas da ABNT aplicáveis ao cargo.**
- 12. Redes de Dados:** histórico; classificação; padrões e protocolos; placa de rede; cabeamento; topologia de rede; meios de transmissão; servidores e estações de trabalho; interconexão; ferramentas e materiais; instalação de placas de rede, rack, hub/switch e patch panel; preparação

de patch cords; instalação de cabos; cabos crossover; testes; configuração de sistemas operacionais Windows e Linux Slackware/Debian/Ubuntu.

13. Redes de computadores: visão geral da arquitetura OSI; visão geral de LANs e WANs; visão geral da arquitetura TCP/IP; camada de aplicação da arquitetura TCP/IP; camada de transporte da arquitetura TCP/IP – TCP e UDP; camada de interface de rede da arquitetura TCP/IP; endereçamento da arquitetura TCP/IP; camada Internet da arquitetura TCP/IP; operação de protocolos de comunicação; organização de informação para uso na Internet; transferência de informação e arquivos; aplicativos de áudio, vídeo e multimídia; redes sem fio (wireless); elementos de interconexão de redes de computadores (gateways, hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores). redes de longa distância. Serviços de diretório, padrão X.500 e LDAP.

14. Segurança da Informação. Gestão de Segurança da Informação. Segurança física e segurança lógica. Política de Segurança da Informação. Cópias de segurança (backup): tipos, ciclos e principais dispositivos e meios de armazenamento. Prevenção e tratamento de incidentes de segurança. Tipos de ataques (exemplos: spoofing, flood, DoS, DDoS, phishing) e mecanismos de defesa. Conceito de DMZ. Firewall. Sistemas de Detecção de Intrusão (IDS). Sistemas de Prevenção de Intrusão (IPS). Criptografia. Conceitos básicos de criptografia. Sistemas criptográficos simétricos e assimétricos. Infraestrutura de chave pública (PKI).

15. PMBOK 4ª edição: conceitos, estrutura e objetivos; projetos e a organização; ciclo de vida de projeto e de produto; processos, grupos de processos e áreas de conhecimento.

Sugestões bibliográficas

ALBUQUERQUE, Ricardo e RIBEIRO, Bruno. **Segurança no desenvolvimento de software**. Campus, 2002.

BABIN, Lee. Ajax com PHP - **Do Iniciante ao Profissional**. Editora ALTA BOOKS.

BARNES, D. J. Kölling, M. **Programação orientada a objetos com Java**. São Paulo: Editora Prentice Hall. 2004.

BATTISTI, Júlio. **Windows Server 2003 Curso Completo**. Rio de Janeiro: Editora Excel, 2003.

BEZERRA, Eduardo. Princípios de análise e projeto de sistemas com UML. Campus, 2007.

CARVALHO, Luciano G. **Segurança de redes**. Ed. Ciência Moderna, 2005.

CORMEN, Thomas H. **Algoritmos: teoria e prática**. Elsevier, 2002.

CSS. Sítio oficial de Cascading Style Sheets. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/CSS2/> Acessado em março 2012 - [Inserido pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12](#).

DALL'OGGIO, Pablo. **PHP - Programando com Orientação a Objetos**. Editora NOVATEC.

DAMIANI, Edgard B. **Javascript - Guia de Consulta Rápida**. Editora NOVATEC. 3ª Edição.

DAVID R. Mirza Ahmad, Ryan Russell e outros - **Rede segura – Network**. Ed. Alta Books.

DEBIAN.ORG. Sítio oficial do Debian. Disponível em: <http://www.br.debian.org/index.pt.html>. Acessado em: 10 mar. 2009.

DEITEL, Harvey M. XML, **How to program**. Prentice Hall, 2003.

_____. **Java: como programar**, Prentice Hall, 2005.

ELMASRI, Ramez e NAVATHE, Shamkant B. **Sistemas de banco de dados: fundamentos e aplicações**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2002.

FARRER, Harry e outros. **Algoritmos estruturados**. Rio de Janeiro: Editora LTC. 1989.

FEIT, Sidnie M. SNMP: A guide to network management, McGraw-Hill Professional, 1993.

FERREIRA, Rubem E. Linux - **Guia do Administrador do Sistema**. Editora NOVATEC.

FLANAGAN, David. **Javascript - O Guia Definitivo**. Editora BOOKMAN. 2004. 4ª Ed.

GUIA FOCA LINUX. Disponível em <http://www.guiafoca.org> Acessado em: 30 Set. 2010.

HAYAMA, Marcelo M. **Montagem de redes locais**. Prático e Didático. São Paulo: Editora Érica, 2006.

HEUSER, Carlos Alberto. **Projeto de banco de dados**. Rio Grande do Sul, Editora Sagra Luzzatto, 2001.

HERSENT, O., GUIDE, D. e PETIT, J.-P., **Telefonia IP – Comunicação multimídia baseada em pacotes**. São Paulo, 2002.

HTML. Sítio oficial de Hypertext Markup Language. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/html401>. Acessado em março 2012 - [Inserido pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12](#).

HUNT, C. Linux: **Servidores de rede**. Ed. Ciência Moderna, 2004

KORTH, Henry F. e SILBERSCHATZ, Abraham. **Sistema de banco de dados**. São Paulo, Editora Makron Books, 1995.

KUROSE, J.F.; ROSS, K. Computer networking: A Top-Down Approach Featuring the Internet, 2nd. Ed. – Addison Wesley, 2003.

_____. **Redes de computadores e a internet** – Uma abordagem top-down, 3ª. Ed. – Addison Wesley, 2006.

LARMAN, Craig. **Utilizando UML e Padrões**. Editora Bookman, 3a. Edição, 2007.

MARKENZON, Lílian. SZWARCFITER, Jayme Luiz. **Estruturas de dados e seus algoritmos**. Rio de Janeiro: Editora LTC. 1994.

MINASI, Mark e outros. **Dominando o Windows Server 2003 - a Bíblia**. São Paulo: Editora Pearson, 2003.

MORIMOTO, Carlos Eduardo. **Linux - Entendendo o Sistema - Guia Prático**. Editora SULINA.

MPS-BR, **Guia de Implementação**. Disponível em http://www.softex.br/portal/mpsbr/_guias/default.asp Acessado em: 12 mar.2008.

MYSQL. **Sítio Oficial do MySQL**. Disponível em: <http://www.mysql.com/>. Acessado em: 10 mar. 2009.

MYSQLBRASIL. **Sítio do MySQLBrasil**. Disponível em: <http://www.mysqlbrasil.com.br/>. Acessado em: 10 mar. 2009.

NBR ISO/IEC12207. Norma NBRISO/IEC12207 - Tecnologia de informação - Processos de ciclo de vida de software. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.

NBR ISO/IEC14598-1. NBRISO/IEC14598-1 - Tecnologia de informação - Avaliação de produto de software - Parte 1: Visão geral. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

NBR ISO/IEC 9126-1. Norma NBR ISO/IEC 9126-1 - Engenharia de software - Qualidade de produto - Parte 1: Modelo de qualidade. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

NBR ISO/IEC14598-4. NBRISO/IEC14598-4 - Engenharia de software - Avaliação de produto - Parte 4: Processo para adquirentes. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

OLIVEIRA, Rômulo Silva e outros. Sistemas operacionais. Rio Grande do Sul, Editora Sagra Luzzatto, 2001.

PETERSON, L.L.; DAVIE, B.S. Computer networks: A Systems Approach, 2nd. Ed. – Morgan-Kaufmann, 2000.

_____. **Redes de computadores: Uma Abordagem de Sistemas**, 3ª. Ed. – MorganKaufmann, 2004.

PMI. Project Management Institute. Disponível em: <http://www.pmi.org>. Acessado em: 10 mar.2009.

POSTGRESQL. Disponível em <http://www.postgresql.org/>, Acessado em: 30 Set. 2010.

SANTOS, R. **Introdução à programação orientada a objetos usando Java**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2003.

SEI. Software Engineering Institute. Disponível em: <http://www.sei.cmu.edu>. Acessado em: 10 mar. 2009.

SILBERSCHARTZ, A. & GALVIN, P.B. **Sistemas operacionais**: conceitos. São Paulo, Prentice-Hall, 2000.

SLACKLIFE.COM. **Fórum do brasileiro do linux Slackware**. Disponível em <http://www.slacklife.com.br/>. Acessado em: 10 mar. 2009.

SLACKWARE Brasil. Disponível em <http://www.slackware-brasil.com.br/>, acessado em 30 Set. 2010.

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software**. Pearson Education, 2007.

STALLINGS, W., Data and computer communications, 6th. Ed., Prentice-Hall, 2000.

_____. **Redes e sistemas de comunicação e Dados**, 1ªh. Ed., Campus, 2005.

_____. SNMP, SNMPv2, SNMPv3, and RMON 1 and 2. 3ª edição, Adison-Wesley, 1998.

_____. **Criptografia e segurança de redes**. Prentice-Hall, 2007.

TANENBAUM, A. S **Sistemas operacionais modernos**. Rio de Janeiro, 2ª Ed., PrenticeHall, 2003._____. Computer networks, Fourth Edition, Prentice Hall, 2003.

_____. **Redes de computadores**. 4ª Ed., Campus, 2003.

TENENBAUN, Aaron M. Estrutura de dados usando C. Pearson Education do Brasil, 1995.

THOMPSON, Marco Aurélio. **Windows Server 2003**. Administração de redes. São Paulo: Editora Érica, 2003.

TORRES, Gabriel. Hardware. Curso Completo. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001.

_____. **Redes de computadores**. Curso Completo. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001.

TURNBULL, James. Pro Nagios 2.0. Springer Verlag, 2006.

UBUNTU.COM. Sítio oficial do Ubuntu.org. Disponível em: <http://www.ubuntu.com/>. Acessado em: 10 mar. 2009.

UBUNTU-BR.ORG. Comunidade do Ubuntu-br.org no Brasil. Disponível em: <http://www.ubuntubr.org/>. Acessado em: 10 mar. 2009.

CONHECIMENTOS GERAIS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos.
2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição.
3. Poderes e Deveres dos Administradores; uso e abuso de Poder. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder de Polícia Administrativa: conceito; competência; Poder de Polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções.
4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder Disciplinar Administrativo dos Servidores Públicos; Sindicância e processo administrativo; Estatuto dos Servidores da Prefeitura e da Câmara Municipal da Prefeitura de Aparecida de Goiânia (Lei Complementar nº 003/2001).
5. Bens públicos: conceito; classificação; afetação e desafetação; regime jurídico; aquisição; gestão dos bens públicos e alienação.
6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992).

Sugestões bibliográficas

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar n. 003/2001**. Disponível em:

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=718>.

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=789>. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992**. Disponível em :

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 22.^a Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35.^a Ed., 2009.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição e Direito Constitucional.
2. Princípios fundamentais da Constituição da República (Arts. 1º ao 4º da CF/88).
3. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos (Arts. 5º a 16 da CF/88).

4. Da organização Político-Administrativa (Arts. 18 e 19 da CF/88).
5. Da União (Arts. 20 a 24 da CF/88).
6. Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28 da CF/88).
7. Dos Municípios (Arts. 29 a 31 da CF/88).
8. Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público (Arts. 37 a 41 da CF/88).
9. Organização dos Poderes (Arts. 44 a 135 da CF/88).
10. Da Segurança Pública (Art. 144).

Sugestões bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 24.^a Ed, 2.009.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 32.^a Ed., 2009.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Efeitos de sentidos produzidos nos textos.
2. Linguagem verbal e não-verbal.
3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação, pressuposto, subentendido, inferência, ironia, intertextualidade etc.
4. Uso de artigos, pronomes, substantivos e outros recursos estabelecadores da referência textual.
5. Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais (escolha lexical, progressão temática paralelismo sintático e/ou semântico, escolha e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido, orientação e força dos argumentos, repetição, retomadas, anáforas, conectivos, pontuação), conforme o gênero e os propósitos do texto.
6. Funcionalidade e características dos gêneros textuais: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, carta pessoal, aviso, charge, conto, crônica, tira, artigo de opinião e artigo de divulgação científica, reportagem, notícia, propaganda institucional/educativa, caricatura.
7. Funcionalidade e características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). Análise de indicadores presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo para confrontá-lo com o de outros textos, com outras opiniões e posicionar-se criticamente diante dele.
8. Organização da frase. Sujeito e complemento sintáticos. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz verbal. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. Adjetivos. Advérbios. Preposições. Conjunções.
9. Formação das palavras. Composição, derivação. Acentuação gráfica.
10. Variação linguística: sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Usos da língua no universo virtual.

11. Língua padrão normativa. Ortografia Oficial. Pontuação.

Sugestões bibliográficas

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M. **Produção de texto**. Interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. **Língua portuguesa**: noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DOUGLAS, TUFANO, **MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições do texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto: 2007.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. **Português instrumental**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática**: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

MATEMÁTICA

1. Conjuntos Numéricos: Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos; Números racionais e irracionais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto; Números complexos: conceito, operações e representação geométrica.

2. Progressão Aritmética e Progressão Geométrica: Razão, termo geral e soma dos termos; Situações-problema envolvendo progressões.

3. Noções de Matemática Financeira: Razão e Proporção; Porcentagem; Juros simples e composto.

4. Equações e Inequações: Conceito; Resolução e discussão.

5. Funções: Conceito e representação gráfica das funções: afim, quadrática, exponencial, logarítmica, trigonométricas e modulares; Situações-problema envolvendo funções.

6. Sistemas de equações: Conceito; Resolução, discussão e representação geométrica.

7. Análise Combinatória: Princípio fundamental de contagem; Combinações e permutações.

8. Noções de Estatística: Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos; Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda.

9. Probabilidade: Probabilidade de um evento; Interseção e reunião de eventos; Probabilidade condicional.

Sugestões bibliográficas

Poderá ser utilizado qualquer livro do Ensino Médio ou Superior que trate dos assuntos do programa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

DIREITO CIVIL (DIREITOS REAIS)

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS -Direito das Coisas. Conceito, Distinção entre Direitos Reais e Direito Pessoais. Classificação dos Direitos Reais.
2. A POSSE - Conceito. Aquisição da posse. Efeitos da posse. Perda da posse.
3. A PROPRIEDADE - Conceito e caracterização do direito da propriedade.
4. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL -Transcrição do título. Atos sujeitos à transcrição.
5. USUCAPIÃO- Conceito. Espécies: Usucapião Extraordinário. Usucapião Ordinário. Usucapião Especial.
6. PERDA DA PROPRIEDADE IMÓVEL - Causas da extinção. Desapropriação. Retrocessão.
7. AQUISIÇÃO E PERDA DA PROPRIEDADE MÓVEL - Aquisição. Tradição. Usucapião. Perda de propriedade móvel.
8. CONDOMÍNIO - Conceito. Espécies de comunhão. Extinção. Compáscuo. Condomínio Edifício: Conceito, condôminos e administração.
9. DIREITOS AUTORAIS - Natureza jurídica. Obras. Registro. Duração. Domínio público. Prescrição.
10. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE - Fundamentos e classificação dos limites ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança.
11. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS
12. DIREITOS REAIS DE GOZO E FRUIÇÃO - Enfiteuse. Servidões prediais. Usufruto. Rendas constituídas sobre imóveis.
13. DIREITOS REAIS DE GARANTIA - Penhor. Anticrese. Hipoteca. Alienação fiduciária em garantia.
14. DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO - Promessa irrevogável de compra e venda. Direito real de preferência.
15. LEI N. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Livro III, Do Direito das Coisas – arts. 1.196 ao 1.510.

Sugestões bibliográficas

ASSIS NETO, Sebastião José de. **Curso básico de direito civil: direito das coisas**. Niterói: Impetus, 2010.

FACHIN, Luis Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direitos reais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FIUZA, César. **Direito civil: curso completo**. 14. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: volume 4 : direitos reais e direitos intelectuais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.

MELO, Marco Antônio Bezerra de. **Direito das coisas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito civil: volume 3 : direito das coisas**. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rego. **Instituições de direito civil**: volume 4 : direitos reais : posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição. 19. ed., de acordo com o Código civil de 2002 Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. **Das servidões**. Rio de Janeiro: Aide, 1984.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil**: direito das coisas. v.5. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito civil**: volume 4 : direito das coisas. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: GEN: Método, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Livro III, Do Direito das Coisas – arts. 1.196 ao 1.510.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acessado em 13 março de 2012.

LEGISLAÇÃO ESPECIFICA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

1. Lei Complementar Municipal nº 005 de 30 de Janeiro de 2002. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, na área urbana e rural do Município de Aparecida de Goiânia e estabelece outras providências urbanísticas.

2. Lei Complementar Municipal nº 017 de 13 de outubro de 2008. Altera a Lei Complementar Municipal nº 005 de 30 de Janeiro de 2002, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, na área urbana e rural do município e cria o conselho Municipal de Zoneamento e dá outras providências.

3. Lei Complementar nº 043 de 14 de dezembro de 2011. Emenda modificativa que altera o Parágrafo Único do Artigo 58 da Lei Complementar Municipal nº 005 de 30 de Janeiro de 2002, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, na área urbana e rural neste município e dá outras providências.

4. Lei Municipal nº 1787 de 01 de Julho de 1998. Institui o Código de Edificações do Município de Aparecida de Goiânia.

5. Lei Complementar nº 008 de 19 de abril de 2004. Altera os dispositivos do § 3º da Lei Complementar nº 005 de 30 de Janeiro de 2002 e dá outras providências.

6. Lei Municipal nº 2.245 de 30 de janeiro de 2002. Dispõe sobre as diretrizes estratégicas do Plano Diretor para o planejamento do Município de Aparecida de Goiânia.

7. Lei Complementar nº 004 de 30 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o planejamento Municipal Sustentável, sobre o Plano Diretor do Município de Aparecida de Goiânia, e dá outras providências.

8. Lei Municipal nº 2.246 de 30 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a Política de Ordenação para o Crescimento e Desenvolvimento Estratégico (POCDE) do Município de Aparecida de Goiânia.

9. Lei Municipal nº 2.247 de 30 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (COMDAS) e dá outras providências.

10. Lei Municipal nº 2.248 de 30 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (FUMDAS) e dá outras Providências.

11. Lei Municipal nº 2.249 de 30 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a definição do Perímetro Urbano.

12. Lei Municipal nº 2.250 de 30 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo na Área Urbana e Rural do Município de Aparecida de Goiânia e estabelece outras providências urbanísticas.

13. Lei Municipal nº 2.654 de 14 de maio de 2007. Altera a Lei Municipal nº 2.247 de 30 de janeiro

de 2002, e dá outras providências.

14. NBR ABNT 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.

15. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece Diretrizes Gerais da Política Urbana e dá outras providências.

As legislações estarão disponíveis em:

[http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Analista_de_Obras_e_Urbanismo/Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12.](http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Analista_de_Obras_e_Urbanismo/Retificado_pelo_Edital_Complementar_n.1_de_13/04/12)

CONHECIMENTOS GERAIS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos.
2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição.
3. Poderes e Deveres dos Administradores; uso e abuso de Poder. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder de Polícia Administrativa: conceito; competência; Poder de Polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções.
4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder Disciplinar Administrativo dos Servidores Públicos; Sindicância e processo administrativo; Estatuto dos Servidores da Prefeitura e da Câmara Municipal da Prefeitura de Aparecida de Goiânia (Lei Complementar nº 003/2001).
5. Bens públicos: conceito; classificação; afetação e desafetação; regime jurídico; aquisição; gestão dos bens públicos e alienação.
6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992).

Sugestões bibliográficas

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar n. 003/2001**. Disponível em:

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=718>.

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=789>. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992**. Disponível em :

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 22.^a Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35.^a Ed., 2009.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição e Direito Constitucional.
2. Princípios fundamentais da Constituição da República (Arts. 1º ao 4º da CF/88).
3. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos (Arts. 5º a 16 da CF/88).

4. Da organização Político-Administrativa (Arts. 18 e 19 da CF/88).
5. Da União (Arts. 20 a 24 da CF/88).
6. Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28 da CF/88).
7. Dos Municípios (Arts. 29 a 31 da CF/88).
8. Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público (Arts. 37 a 41 da CF/88).
9. Organização dos Poderes (Arts. 44 a 135 da CF/88).
10. Da Segurança Pública (Art. 144).

Sugestões bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 24.ª Ed, 2.009.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 32.ª Ed., 2009.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Efeitos de sentidos produzidos nos textos.
2. Linguagem verbal e não-verbal.
3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação, pressuposto, subentendido, inferência, ironia, intertextualidade etc.
4. Uso de artigos, pronomes, substantivos e outros recursos estabelecadores da referência textual.
5. Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais (escolha lexical, progressão temática paralelismo sintático e/ou semântico, escolha e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido, orientação e força dos argumentos, repetição, retomadas, anáforas, conectivos, pontuação), conforme o gênero e os propósitos do texto.
6. Funcionalidade e características dos gêneros textuais: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, carta pessoal, aviso, charge, conto, crônica, tira, artigo de opinião e artigo de divulgação científica, reportagem, notícia, propaganda institucional/educativa, caricatura.
7. Funcionalidade e características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). Análise de indicadores presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo para confrontá-lo com o de outros textos, com outras opiniões e posicionar-se criticamente diante dele.
8. Organização da frase. Sujeito e complemento sintáticos. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz verbal. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. Adjetivos. Advérbios. Preposições. Conjunções.
9. Formação das palavras. Composição, derivação. Acentuação gráfica.
10. Variação linguística: sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Usos da língua no universo virtual.

11. Língua padrão normativa. Ortografia Oficial. Pontuação.

Sugestões bibliográficas

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M. **Produção de texto**. Interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. **Língua portuguesa**: noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DOUGLAS, TUFANO, **MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições do texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto: 2007.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. **Português instrumental**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática**: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

1. Juros simples, Descontos Simples e Equivalência de Fluxos de Caixa.

2. Montante e Capital.

3. Juros compostos e Descontos.

4. Inflação e Correção Monetária.

5. Taxas de Juros.

6. Séries Uniformes.

7. Séries Não Homogêneas.

8. Sistemas de Amortização.

Sugestões bibliográficas

ASSAF NETO, A. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Matemática Financeira com HP 12C e Excel**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DA SILVA, André Luiz Carvalhal. **Matemática Financeira Aplicada**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, C. M. **Matemática Financeira com HP 12 c e Excel: Uma Abordagem Descomplicada**. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.

GOMES, J. M.; MATHIAS, W. F. **Matemática Financeira**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERAS, Lila. Ladeira. **Matemática Financeira**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. Significado e Objetivo da Administração Financeira.
2. Custo e Estrutura de Capital.
3. Administração do Capital de Giro.
4. Administração de Disponibilidades.
5. Administração de Contas a Receber.
6. Sistema orçamentário: objetivos e etapas de elaboração.
7. Orçamento empresarial tipos de orçamento e orçamento base zero.
8. Orçamento operacional de vendas, produção, materiais.
9. Orçamento de caixa e de capital.
10. Legislação: Lei 4.320 de 17 de março de 1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e Lei 101 de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Sugestões bibliográficas

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de Administração Financeira**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FREZATTI, F. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10ª ed. São Paulo: Makron Books, 2004.

HOJI, M. **Administração Financeira e Orçamentária: Matemática financeira aplicada, estratégias financeiras e orçamento empresarial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEMES Jr., A. B.; RIGO, C. M. CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PADOVEZE, C. L.; TARANTO, F. C. **Orçamento empresarial: novos conceitos e técnicas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2009.

PINHEIRO, P. R.; SANTOS, J. L. dos; MARTINS, M. A. **Fundamentos de Orçamento Empresarial**. Coleção Resumos de Contabilidade. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios de Administração Financeira**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

As legislações estarão disponíveis em:

http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Analista_de_Organizacao_e_Financas/Retificado_pelo_Edital_Complementar_n._1_de_13/04/12

AUDITORIA INTERNA

1. Conceituação e objetivos da auditoria interna.
2. Planejamento da auditoria interna.

3. Riscos de auditoria interna.
4. Procedimentos de auditoria interna.
5. Papeis de trabalho e amostragem.
6. Relatório de auditoria.
7. Controle interno: Avaliação e procedimentos.
8. Normas Profissionais do Auditor Interno.

Sugestões bibliográficas

ATTIE, William. Auditoria Interna. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, Sérgio Vidal dos Santos. **Manual dos Controles Internos. Desenvolvimento, implantação – Exemplos de Processos Organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Curso Básico de Auditoria.** São Paulo: Atlas, 2008.

PINHO, Ruth Carvalho de Santana. Fundamentos de Auditoria. Auditoria Contábil. Outras aplicações da auditoria. São Paulo: Atlas, 2007.

Resolução CFC nº 1.329/11 alterou a sigla e a numeração desta Norma de NBC P 3 para NBC PI .RESOLUÇÃO CFC nº 781/95. Aprova NBC PI 01 – Normas Profissionais do Auditor Interno.

Resolução CFC nº 1.329/11 alterou a sigla e a numeração desta Norma de NBC T 12 para NBC TI 01. RESOLUÇÃO CFC n. 986/03. Aprova a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna.

CONTABILIDADE PÚBLICA

1. Orçamento Público. Receitas e Despesas Públicas.
2. Plano de Contas.
3. Escrituração da Administração Pública.
4. Demonstrações Contábeis e Balanço Geral.
5. Sistemas de Controle Interno e Externo.
6. Licitação, Adiantamento, Subvenções.
7. Gestão Fiscal.

Sugestões bibliográficas

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública: da teoria à prática.** São Paulo: Saraiva, 2009.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Conselho Federal de Contabilidade - NBC T 16 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

CRUZ, Flávio da. **Comentários à lei nº 4.320.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e contabilidade pública: teoria, prática e mais de 800 exercícios.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática.** 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Diana Vaz de. **Contabilidade pública: integrando união, estados e municípios (siafi e siafem).** São Paulo: Atlas, 2004.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova**

contabilidade pública. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FISCAL DE DEFESA AMBIENTAL

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação textual: efeitos de sentido, hierarquia dos sentidos do texto, situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal.
2. Modos de organização do texto: descrição, narração, exposição, argumentação, diálogo e esquemas retóricos (enumeração de ideias, relações de causa e consequência, comparação, gradação, oposição etc.).
3. Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, período, oração, pontuação, tipos de discurso, mecanismos de estabelecimento da coerência, coesão lexical e conexão sintática.
4. Gêneros textuais: editorial, notícia, reportagem, resenha, crônica, carta, artigo de opinião, relatório, parecer, ofício, charge, tira, pintura, placa, propaganda institucional/educacional etc.
5. Estilo e registro: variedades linguísticas, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa.
6. Língua padrão: ortografia, regência, concordância nominal e verbal, flexão verbal e nominal, pronome, advérbio, adjetivo, conjunção, preposição.

Sugestões bibliográficas

ABAURRE; M. L. M.; ABAURRE; M. B. M. **Produção de texto. Interlocução e gêneros.** São Paulo: Moderna, 2007.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa.** Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DOUGLAS, TUFANO, **MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia.** São Paulo: Melhoramentos, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais.** São Paulo: Ática, 2000.

PLATÃO & FIORIN. **Lições de texto: leitura e redação.** 5 ed. São Paulo: Ática, 2006.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto: 2007.

MATEMÁTICA

1. **Conjuntos Numéricos:** Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; Números fracionários e decimais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto.
2. **Razão e Proporção:** Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros simples e composto.
3. **Funções:** Conceito e representação gráfica de funções afim, quadrática e modular.
4. **Sistemas de equações lineares com duas incógnitas:** Resolução, discussão e representação geométrica.

5. Geometria: Figuras geométricas planas: ângulos, retas, polígonos, circunferências e círculos; Relações métricas nos polígonos; Perímetro de polígono e comprimento de circunferência; Área de polígono e do círculo.

6. Noções de Estatística: Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos. Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda.

Sugestões bibliográficas

Poderá ser utilizado qualquer livro de Matemática do ensino Médio que trate dos assuntos do programa.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos.

2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição.

3. Poderes e Deveres dos Administradores; uso e abuso de Poder. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder de Polícia Administrativa: conceito; competência; Poder de Polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções.

4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder Disciplinar Administrativo dos Servidores Públicos; Sindicância e processo administrativo; Estatuto dos Servidores da Prefeitura e da Câmara Municipal da Prefeitura de Aparecida de Goiânia (Lei Complementar nº 003/2001).

5. Bens públicos: conceito; classificação; afetação e desafetação; regime jurídico; aquisição; gestão dos bens públicos e alienação.

6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992).

Sugestões bibliográficas

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar n. 003/2001.** Disponível em:
<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=718>.

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=789>. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.** Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.** Disponível em :
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo.** Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. **Elementos de direito constitucional.** 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo.** 22.^a Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro.** 35.^a Ed., 2009.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Noções de Constituição e Direito Constitucional.
2. Princípios fundamentais da Constituição da República (Arts. 1º ao 4º da CF/88).
3. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos (Arts. 5º a 16 da CF/88).
4. Da organização Político-Administrativa (Arts. 18 e 19 da CF/88).
5. Da União (Arts. 20 a 24 da CF/88).
6. Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28 da CF/88).
7. Dos Municípios (Arts. 29 a 31 da CF/88).
8. Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público (Arts. 37 a 41 da CF/88).
9. Organização dos Poderes (Arts. 44 a 135 da CF/88).
10. Da Segurança Pública (Art. 144).

Sugestões bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 24.ª Ed, 2.009.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 32.ª Ed., 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

DIREITO AMBIENTAL

1. Propedêutica do Direito Ambiental.
 - 1.1 Conceito de Direito Ambiental.
 - 1.2 Conceitos de meio ambiente, ecossistema e ecologia.
 - 1.3 Autonomia do Direito Ambiental.
 - 1.4 Objeto de estudo do Direito Ambiental.
2. Formação Histórica do Direito Ambiental.
 - 2.1 A formação histórica do direito ao meio ambiente equilibrado e à sadia qualidade de vida como categorias jurídico-constitucionais.
 - 2.2 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, entre Estocolmo-72 e Rio-92.
 - 2.3 Formação das estruturas jurídico-constitucionais do Direito Ambiental.
3. Princípios Constitucionais do Direito Ambiental.
 - 3.1 O Meio ambiente ecologicamente integrado e a dignidade humana na CRFB/88.
 - 3.2 A vedação ao retrocesso das normas ambientais.
 - 3.3 Princípio do direito humano fundamental.

- 3.4 Princípio do direito ao desenvolvimento.
- 3.5 Princípio democrático.
- 3.6 Princípio da precaução, prudência ou cautela.
- 3.7 Princípio da prevenção.
- 3.8 Princípio do equilíbrio.
- 3.9 Princípio do limite.
- 3.10 Princípio da responsabilidade.
- 3.11 Princípio do poluidor-pagador.
- 4. Direito Ambiental na Constituição de 1988.
 - 4.1 Competências Constitucionais Ambientais.
 - 4.2 Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental.
- 5. A Regulação Jurídica da Política Nacional do Meio Ambiente.
 - 5.1 Regulação jurídica da Política Nacional do Meio Ambiente – legislação específica.
 - 5.2 Organização jurídica do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
 - 5.3 Organização jurídica do Sistema Estadual do Meio Ambiente em Goiás – legislação específica.
- 6. Instrumentos Jurídicos da Política Nacional do Meio Ambiente.
 - 6.1 Estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.
 - 6.2 Zoneamento ambiental.
 - 6.3 Avaliação de impactos ambientais.
 - 6.4 Licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
 - 6.5 Incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental.
 - 6.6 Criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas.
 - 6.7 Sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
 - 6.8 Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.
 - 6.9 Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.
 - 6.10. Instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente.
 - 6.11 Garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente.
 - 6.12 Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.
 - 6.13 Instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental.
- 7. Regularização Ambiental e Licenciamento Ambiental.
 - 7.1 Licenciamento Ambiental: competências, espécies e procedimentos.
 - 7.2 Licença Prévia, Licença de Operação e Licença de Instalação.
 - 7.3 Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.
 - 7.4 Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental.
 - 7.5 Formas simplificadas de licenciamento ambiental.
- 8. Áreas Protegidas; Zoneamento Ambiental e Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Ambiental.

8.1 Áreas Protegidas e Código Florestal – legislação específica.

8.2 Zoneamentos Econômico-Ecológicos – legislação específica.

8.3 Sistema Nacional de Unidades de Conservação Ambiental - SNUC – legislação específica.

9. Proteção Jurídica das Águas – legislação específica.

10. Responsabilidade Ambiental e Direito Penal Ambiental.

10.1 Responsabilidade Administrativa Ambiental e infrações ambientais – legislação específica.

10.2 Responsabilidade Civil Ambiental e tutela dos interesses ambientais coletivos e difusos.

10.3 Responsabilidade Penal Ambiental e Lei de Crimes Ambientais.

Sugestões bibliográficas

LEME MACHADO, Paulo Affonso. **Direito Ambiental Brasileiro**. 18. Ed.. São Paulo: Malheiros, 2010.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 12. Ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

1. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

2. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

3. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

4. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

5. Lei nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

6. Lei 9.985, de 18 de junho de 2000. institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação

7. Lei Municipal nº 792, de 07 de dezembro de 1988. Cria novo Código de Posturas do Município de Aparecida de Goiânia e dá outras providências.

a) Artigos 1º ao 5º.

b) Capítulo I do Título I – Disposições Preliminares – artigos 5º ao 8º.

c) Capítulo II do Título I – Da Higiene dos Passeios e Logradouros Públicos – artigos 9º ao 22.

d) Capítulo XIV do Título I – Da Obrigatoriedade de Vasilhame Adequado para Coleta de Lixo e da sua Manutenção em Boas Condições de Utilização – artigos 122 a 124.

e) Capítulo XV do Título I – Prevenção contra a Poluição do Ar e de Água e do Controle de Emissões Industriais – artigos 125 a 129.

f) Capítulo V do Título II – Do Sossego Público – artigos 158 a 172.

- g) Capítulo VIII do Título II – Dos Meios de Publicidade e Propaganda – artigos 202 a 218.
- h) Capítulo XI do Título III – Da Exploração de Pedreiras, Barreiras, Saibreiras, Olarias e Extração de Areias – artigos 375 a 384.
- i) Capítulo XII do Título III – Da Extração e dos Depósitos de Areias e da Exploração de Olarias – artigos 385 a 388.
- j) Título IV – Da Fiscalização da Prefeitura – artigos 389 a 408.
- k) Título V – Das Infrações e Penalidades – artigo 409 a 434.
- l) Título VI – Das Disposições Finais – artigo 435 a 457.
8. Lei Municipal nº 1.353, de 24 de março de 1994 (com alterações). Institui o Código de Processo Administrativo Tributário e Fiscal, cria o colegiado de Recursos Tributários e dá outras providências.
9. Lei Complementar Municipal nº 047, de 13 de fevereiro de 2012. Acrescenta os parágrafos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º ao artigo 203 da Lei nº 702 de 07 de dezembro 1998.
10. Lei Complementar Municipal nº 005, de 30 de Janeiro de 2002. Dispõe sobre zoneamento, uso e ocupação do solo, na área urbana e rural do município de Aparecida de Goiânia e estabelece outras providências urbanísticas.
11. Lei Complementar nº 008 de 19 de abril de 2004. Altera os dispositivos do § 3º da Lei Complementar nº 005 de 30 de Janeiro de 2002 e dá outras providências.
12. Lei Complementar Municipal nº 017, de 13 de outubro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 005 de 30 de Janeiro de 2002, que dispõe sobre zoneamento, uso e ocupação do solo, da área urbana e rural do Município, cria o conselho Municipal de zoneamento e dá outras providências.
13. Lei Complementar Municipal nº 043, de 14 de dezembro de 2011. Emenda modificadora que altera o Parágrafo único do Artigo 58 da Lei Complementar Municipal nº 005 de 30 de Janeiro de 2002, que dispõe sobre zoneamento, uso e ocupação do solo, nas áreas urbana e rural, neste município e dá outras providências.
14. Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente
15. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Revisa procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a incorporar ao sistema de licenciamento os instrumentos de gestão ambiental e a integrar a atuação dos órgãos do SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente.

IMPORTANTE: TODOS OS DIPLOMAS LEGAIS LISTADOS DEVEM SER CONSIDERADOS COM AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

As legislações estarão disponíveis em:

[http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Defesa_Ambiental/Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12.](http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Defesa_Ambiental/Retificado_pelo_Edital_Complementar_n.1_de_13/04/12)

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

1. Lei Municipal nº 046, 21 de dezembro de 2011. Institui o Código Tributário do Município de Aparecida de Goiânia – Goiás, e dá outras providências.
- a) Disposições Preliminares do Livro I – Do Sistema Tributário Municipal - artigos 1º ao 4º.
- b) Capítulo I do Título III – Disposições Gerais das Taxas de Licença - artigos 115 ao 124.
- c) Seção VIII do Capítulo II do Título III – Da Taxa de Licença para Exploração de Meios de Publicidade em Geral – artigos 170 ao 192.
- d) Seção IX do Capítulo II do Título III – Da Taxa de Licença Ambiental – artigos 183 ao 192.

- e) Capítulo IV do Título III – Da Taxa de Expediente e Serviços Diversos - artigos 201 ao 205.
- f) Livro Segundo – Parte Geral, artigos 254 ao 383.
- g) Tabela 9 do Anexo III – Taxa de Licença para Exploração de Meios de Publicidade em Geral.
- h) Tabela 10A do Anexo III - Da Taxa de Licença Ambiental – Licenciamento Ambiental, inclusive para exploração do solo e subsolo – por ano.
- i) Tabela 10B do Anexo III - Da Taxa de Licença Ambiental – Licenciamento Ambiental, inclusive para exploração do solo e subsolo – por ano.
- j) Anexo V – Tabela de Alíquotas e Valores das Taxas de Expediente e Serviços Diversos – Secretaria do Meio Ambiente.
- k) Anexo VI – Fundamento Legal e Demonstrativo de Cálculo de Atualização Monetária, Multas e Juros por Atraso no Pagamento de Tributos Municipais.

As legislações estarão disponíveis em:

http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Defesa_Ambiental/
[Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12.](#)

CONHECIMENTOS GERAIS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos.
2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição.
3. Poderes e Deveres dos Administradores; uso e abuso de Poder. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder de Polícia Administrativa: conceito; competência; Poder de Polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções.
4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder Disciplinar Administrativo dos Servidores Públicos; Sindicância e processo administrativo; Estatuto dos Servidores da Prefeitura e da Câmara Municipal da Prefeitura de Aparecida de Goiânia (Lei Complementar nº 003/2001).
5. Bens públicos: conceito; classificação; afetação e desafetação; regime jurídico; aquisição; gestão dos bens públicos e alienação.
6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992).

Sugestões bibliográficas

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar n. 003/2001**. Disponível em:
<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=718>.

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=789>. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992**. Disponível em :
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 22.^a Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35.^a Ed., 2009.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL (DIREITOS REAIS)

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS -Direito das Coisas. Conceito, Distinção entre Direitos Reais e Direito Pessoais. Classificação dos Direitos Reais.
2. A POSSE - Conceito. Aquisição da posse. Efeitos da posse. Perda da posse.

3. A PROPRIEDADE - Conceito e caracterização do direito da propriedade.
4. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL - Transcrição do título. Atos sujeitos à transcrição.
5. USUCAPIÃO- Conceito. Espécies: Usucapião Extraordinário. Usucapião Ordinário. Usucapião Especial.
6. PERDA DA PROPRIEDADE IMÓVEL - Causas da extinção. Desapropriação. Retrocessão.
7. AQUISIÇÃO E PERDA DA PROPRIEDADE MÓVEL - Aquisição. Tradição. Usucapião. Perda de propriedade móvel.
8. CONDOMÍNIO - Conceito. Espécies de comunhão. Extinção. Compásco. Condomínio Edifício: Conceito, condôminos e administração.
9. DIREITOS AUTORAIS - Natureza jurídica. Obras. Registro. Duração. Domínio público. Prescrição.
10. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE - Fundamentos e classificação dos limites ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança.
11. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.
12. DIREITOS REAIS DE GOZO E FRUIÇÃO - Enfiteuse. Servidões prediais. Usufruto. Rendas constituídas sobre imóveis.
13. DIREITOS REAIS DE GARANTIA - Penhor. Anticrese. Hipoteca. Alienação fiduciária em garantia.
14. DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO - Promessa irrevogável de compra e venda. Direito real de preferência.
15. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Livro III, Do Direito das Coisas – arts. 1.196 ao 1.510.

Sugestões bibliográficas

- ASSIS NETO, Sebastião José de. **Curso básico de direito civil: direito das coisas**. Niterói: Impetus, 2010.
- FACHIN, Luis Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direitos reais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- FIUZA, César. **Direito civil: curso completo**. 14. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: volume 4 : direitos reais e direitos intelectuais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.
- MELO, Marco Antônio Bezerra de. **Direito das coisas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito civil: volume 3 : direito das coisas**. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rego. **Instituições de direito civil: volume 4 : direitos reais : posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição**. 19. ed., de acordo com o Código civil de 2002 Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- RIZZARDO, Arnaldo. **Das servidões**. Rio de Janeiro: Aide, 1984.
- RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: direito das coisas**. v.5. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito civil: volume 4 : direito das coisas**. 2. ed. atual. e

ampl. São Paulo: GEN: Método, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Livro III, Do Direito das Coisas – arts. 1.196 ao 1.510.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acessado em 13 março de 2012.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Noções de Constituição e Direito Constitucional.
2. Princípios fundamentais da Constituição da República (Arts. 1º ao 4º da CF/88).
3. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos (Arts. 5º a 16 da CF/88).
4. Da organização Político-Administrativa (Arts. 18 e 19 da CF/88).
5. Da União (Arts. 20 a 24 da CF/88).
6. Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28 da CF/88).
7. Dos Municípios (Arts. 29 a 31 da CF/88).
8. Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público (Arts. 37 a 41 da CF/88).
9. Organização dos Poderes (Arts. 44 a 135 da CF/88).
10. Da Segurança Pública (Art. 144).

Sugestões bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 24.ª Ed, 2.009.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 32.ª Ed., 2009.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação textual: efeitos de sentido, hierarquia dos sentidos do texto, situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal.
2. Modos de organização do texto: descrição, narração, exposição, argumentação, diálogo e esquemas retóricos (enumeração de ideias, relações de causa e consequência, comparação, gradação, oposição etc.).
3. Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, período, oração, pontuação, tipos de discurso, mecanismos de estabelecimento da coerência, coesão lexical e conexão sintática.
4. Gêneros textuais: editorial, notícia, reportagem, resenha, crônica, carta, artigo de opinião, relatório, parecer, ofício, charge, tira, pintura, placa, propaganda institucional/educacional etc.
5. Estilo e registro: variedades linguísticas, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa.
6. Língua padrão: ortografia, regência, concordância nominal e verbal, flexão verbal e nominal,

pronome, advérbio, adjetivo, conjunção, preposição.

Sugestões bibliográficas

ABAURRE; M. L. M; ABAURRE; M. B. M. **Produção de texto. Interlocução e gêneros.** São Paulo: Moderna, 2007.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa.** Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DOUGLAS, TUFANO, **MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia.** São Paulo: Melhoramentos, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais.** São Paulo: Ática, 2000.

PLATÃO & FIORIN. **Lições de texto: leitura e redação.** 5 ed. São Paulo: Ática, 2006.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto: 2007.

MATEMÁTICA

1. Conjuntos Numéricos: Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; Números fracionários e decimais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto.

2. Razão e Proporção: Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros simples e composto.

3. Funções: Conceito e representação gráfica de funções afim, quadrática e modular.

4. Sistemas de equações lineares com duas incógnitas: Resolução, discussão e representação geométrica.

5. Geometria: Figuras geométricas planas: ângulos, retas, polígonos, circunferências e círculos; Relações métricas nos polígonos; Perímetro de polígono e comprimento de circunferência; Área de polígono e do círculo.

6. Noções de Estatística: Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos. Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda.

Sugestões bibliográficas:

Poderá ser utilizado qualquer livro de Matemática do ensino Médio que trate dos assuntos do programa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

1. Lei Complementar Municipal nº 005 de 30 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, na área urbana e rural do Município de Aparecida de Goiânia e estabelece outras providências urbanísticas.

2. Lei Complementar nº 008 de 19 de abril de 2004. Altera os dispositivos do § 3º da Lei Complementar nº 005 de 30 de Janeiro de 2002 e dá outras providências.

3. Lei Complementar Municipal nº 017 de 13 de outubro de 2008. Altera a Lei Complementar Municipal nº 005 de 30 de Janeiro de 2002, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do

solo, na área urbana e rural do município e cria o conselho Municipal de Zoneamento e dá outras providências.

4. Lei Complementar nº 043 de 14 de dezembro de 2011. Emenda modificativa que altera o Parágrafo Único do Artigo 58 da Lei Complementar Municipal nº 005 de 30 de Janeiro de 2002, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, na área urbana e rural neste município e dá outras providências.

5. Lei Municipal nº 1353 de 24 de março de 1994. Institui o Código de Processo Administrativo Tributário e Fiscal, cria Colegiado de Recursos Tributários e dá outras providências.

6. Lei Municipal nº 1787 de 01 de Julho de 1998. Institui o Código de Edificações do Município de Aparecida de Goiânia.

7. NBR ABNT 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.

As legislações estarão disponíveis em:

http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Edificacoes_e_Loteamentos/

[Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12.](#)

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

1. Lei Municipal nº 046, 21 de dezembro de 2011. Institui o Código Tributário do Município de Aparecida de Goiânia – Goiás, e dá outras providências.

a) Disposições Preliminares do Livro I – Do Sistema Tributário Municipal - artigos 1º ao 4º.

b) Capítulo I do Título III – Disposições Gerais das Taxas de Licença - artigos 115 ao 124.

c) Seção V do Capítulo II do Título III – Da Taxa de Licença para Execução de Obras e Loteamento — artigos 154 ao 158.

d) Capítulo IV do Título III – Da Taxa de Expediente e Serviços Diversos - artigos 201 ao 205.

e) Livro Segundo – Parte Geral – artigos 254 ao 383.

f) Tabela 6 do Anexo III – Taxa de Licença para Emissão de Alvarás de Obras e Loteamentos.

g) Anexo V – Tabela de Alíquotas e Valores das Taxas de Expediente e Serviços Diversos – Secretaria de Regulação Urbana.

h) Anexo VI – Fundamento Legal e Demonstrativo de Cálculo de Atualização Monetária, Multas e Juros por Atraso no Pagamento de Tributos Municipais.

As legislações estarão disponíveis em:

http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Edificacoes_e_Loteamentos/

[Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12.](#)

CONHECIMENTOS GERAIS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos.
2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição.
3. Poderes e Deveres dos Administradores; uso e abuso de Poder. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder de Polícia Administrativa: conceito; competência; Poder de Polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções.
4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder Disciplinar Administrativo dos Servidores Públicos; Sindicância e processo administrativo; Estatuto dos Servidores da Prefeitura e da Câmara Municipal da Prefeitura de Aparecida de Goiânia (Lei Complementar nº 003/2001).
5. Bens públicos: conceito; classificação; afetação e desafetação; regime jurídico; aquisição; gestão dos bens públicos e alienação.
6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992).

Sugestões bibliográficas

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar n. 003/2001**. Disponível em:
<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=718>.

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=789>. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992**. Disponível em :
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 22.^a Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35.^a Ed., 2009.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição e Direito Constitucional.
2. Princípios fundamentais da Constituição da República (Arts. 1º ao 4º da CF/88).
3. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos (Arts. 5º a 16 da CF/88).

4. Da organização Político-Administrativa (Arts. 18 e 19 da CF/88).
5. Da União (Arts. 20 a 24 da CF/88).
6. Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28 da CF/88).
7. Dos Municípios (Arts. 29 a 31 da CF/88).
8. Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público (Arts. 37 a 41 da CF/88).
9. Organização dos Poderes (Arts. 44 a 135 da CF/88).
10. Da Segurança Pública (Art. 144).

Sugestões bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 24.^a Ed, 2.009.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 32.^a Ed., 2009.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Efeitos de sentidos produzidos nos textos.
2. Linguagem verbal e não-verbal.
3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação, pressuposto, subentendido, inferência, ironia, intertextualidade etc.
4. Uso de artigos, pronomes, substantivos e outros recursos estabelecadores da referência textual.
5. Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais (escolha lexical, progressão temática paralelismo sintático e/ou semântico, escolha e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido, orientação e força dos argumentos, repetição, retomadas, anáforas, conectivos, pontuação), conforme o gênero e os propósitos do texto.
6. Funcionalidade e características dos gêneros textuais: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, carta pessoal, aviso, charge, conto, crônica, tira, artigo de opinião e artigo de divulgação científica, reportagem, notícia, propaganda institucional/educativa, caricatura.
7. Funcionalidade e características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). Análise de indicadores presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo para confrontá-lo com o de outros textos, com outras opiniões e posicionar-se criticamente diante dele.
8. Organização da frase. Sujeito e complemento sintáticos. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz verbal. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. Adjetivos. Advérbios. Preposições. Conjunções.
9. Formação das palavras. Composição, derivação. Acentuação gráfica.
10. Variação linguística: sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Usos da língua no universo virtual.
11. Língua padrão normativa. Ortografia Oficial. Pontuação.

Sugestões bibliográficas

ABAURRE, M. L. M; ABAURRE, M. B. M. **Produção de texto**. Interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. **Língua portuguesa**: noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DOUGLAS, TUFANO, **MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições do texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto: 2007.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. **Português instrumental**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática**: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

MATEMÁTICA

1. Conjuntos Numéricos: Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos; Números racionais e irracionais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto; Números complexos: conceito, operações e representação geométrica.

2. Progressão Aritmética e Progressão Geométrica: Razão, termo geral e soma dos termos; Situações-problema envolvendo progressões.

3. Noções de Matemática Financeira: Razão e Proporção; Porcentagem; Juros simples e composto.

4. Equações e Inequações: Conceito; Resolução e discussão.

5. Funções: Conceito e representação gráfica das funções: afim, quadrática, exponencial, logarítmica, trigonométricas e modulares; Situações-problema envolvendo funções.

6. Sistemas de equações: Conceito; Resolução, discussão e representação geométrica.

7. Análise Combinatória: Princípio fundamental de contagem; Combinações e permutações.

8. Noções de Estatística: Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos; Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda.

9. Probabilidade: Probabilidade de um evento; Interseção e reunião de eventos; Probabilidade condicional.

Sugestões bibliográficas

Poderá ser utilizado qualquer livro do Ensino Médio ou Superior que trate dos assuntos do programa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

CONHECIMENTOS EM SAÚDE PÚBLICA

1. Sistema Único de Saúde – SUS (conceitos, princípios e diretrizes)
2. Constituição Federal (artigos 196 a 200).
3. Lei 8.080/90.
4. Lei 8.142/90.
5. Vigilância Epidemiológica e indicadores de saúde.
6. Vigilância Sanitária.
7. Vigilância Ambiental em Saúde.
8. Saúde do Trabalhador.
9. Vigilância e Atenção a Saúde de Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis.
10. Sistemas de Informação em Saúde.

Sugestões bibliográficas

BRASIL. Ministério Da Saúde. Assessoria de Comunicação Social. **Entendendo o SUS**. Brasília, 2006. In: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_entendendo_o_sus_2007.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). **O SUS de A a Z. Garantindo Saúde nos Municípios**. 3ª Edição, Brasília, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p1.pdf.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Artigos 196 a 200.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos Direitos dos Usuários do SUS**. Série E. Legislação de Saúde. 2ª edição, Brasília, 2007. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_direito_usuarios_2ed2007.pdf.

BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.142** de 28 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm.

BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.080** de 19 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. 7ª Edição. Brasília, 2009. Disponível: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual.pdf

RIPSA. Rede Interagencial de Informação para a Saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações** / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.: il. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha De Vigilância Sanitária**. Cidadania e Controle Social. 2ª edição. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/institucional/snvs/coprh/cartilha.pdf>

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Vigilância Sanitária. Alimentos, medicamentos, produtos e serviços de interesse à saúde. Guia Didático**. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/288865804745965e9e2ade3fbc4c6735/guia_didatico.pdf?MOD=AJPERES

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Vigilância Ambiental em Saúde**. Brasília, 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sinvas.pdf.

BRASIL, MS. Fundo Nacional de Saúde. Coordenação Técnica de Saúde do Trabalhador. **Para Saber das Coisas - Falando da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e das Doenças Relacionadas ao Trabalho**. São Paulo, 2006. In:
<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/CartilhaRadialistas.pdf>

Sobre saúde do trabalhador

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=30426&janela=1

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de Bolso**. 8ª Edição. Brasília, 2010. Disponível:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_bolso.pdf.

OMS. **Cuidados inovadores para condições crônicas: componentes estruturais de ação: relatório mundial** / Organização Mundial da Saúde – Brasília, 2003. Disponível em:
http://www.saude.es.gov.br/download/CUIDADOS_INOVADORES_DAS_CONDICOES_CRONICAS.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil**. 2011-2022. Série B. Textos Básicos de Saúde. 148 p. Brasília : Ministério da Saúde, 2011. Disponível em:
http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_plano.pdf

Sobre sistemas de informação

<http://www.datasus.gov.br>

LEGISLAÇÃO ESPECIFICA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

- 1.** Carta dos direitos dos usuários da saúde – Ministério da Saúde, 2ª edição, 2007.
- 2.** Lei nº 6.360 de 23/09/1976 - Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências - Alterada pela Lei nº 9.787, de 10 de Fevereiro de 1999.
- 3.** Lei nº 6.437 de 20 de agosto de 1977. Configura as infrações a legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
- 4.** Lei nº 9.431 de 06/01/1997– Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecção hospitalar pelos hospitais do país.
- 5.** Lei nº 8.080 de 19/09/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências- lei orgânica da saúde).
- 6.** Lei nº 8.142, de 28 de dezembro 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).
- 7.** Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e Cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/MS e alterações posteriores.
- 8.** Lei Estadual nº 16.140 de 02/10/2007. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás – SUS, as condições para promoção, proteção, e recuperação da saúde, a organização, regulamentação, fiscalização e o controle dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- 9.** Lei Municipal nº 1353, de 24 de março de 1994 (com alterações) - Institui o Código de Processo Administrativo Tributário e Fiscal, cria o Colegiado de Recursos Tributários e dá outras providências.
- 10.** Lei Municipal nº 1208, 17 de maio de 1993. Dispõe sobre a Política de Promoção e Recuperação da Saúde, Vigilância Sanitária e Epidemiológica no Município de Aparecida de Goiânia e dá outras providências.

11. Lei Municipal nº 2004, de 03 de novembro de 1999. Acrescenta dispositivo à Lei Municipal nº 1.208, de 17 de maio de 1993, que dispõe sobre a Política de Promoção e Recuperação da Saúde, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, neste Município.

12. Portaria GM/MS nº 05 de 21/02/2006. Inclui as doenças na relação nacional de notificação compulsória, define doenças de notificação compulsória imediata, relação dos resultados laboratoriais que devem ser notificados pelos laboratórios de referência nacional e normas para notificar casos.

13. Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde.

14. Portaria GM/MS nº 2616 de 12/05/1998. Regulamenta o controle de infecção hospitalar em todo território nacional.

15. Portaria GM/MS nº 3.120 de 01 de julho de 98. Aprova a Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS.

16. RDC ANVISA nº 216 de 15/09/2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

17. RDC ANVISA nº 306 de 07/12/2004. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

18. NR 32 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE - Estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.

As legislações estarão disponíveis em:

http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Saude_Publica/

[Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12.](#)

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

1. Lei Municipal nº 046, 21 de dezembro de 2011. Institui o Código Tributário do Município de Aparecida de Goiânia – Goiás, e dá outras providências.

a) Disposições Preliminares do Livro I – Do Sistema Tributário Municipal - artigos 1º ao 4º.

b) Capítulo I do Título III – Disposições Gerais das Taxas de Licença - artigos 115 ao 124.

c) Seção VII do Capítulo II do Título III – Da Taxa de Licença Sanitária – artigos 165 ao 169.

d) Capítulo IV do Título III – Da Taxa de Expediente e Serviços Diversos - artigos 201 ao 205.

e) Livro Segundo – Parte Geral, artigos 254 ao 383.

f) Tabela 8.A do Anexo III – Taxa de Licença de Licença para Alvará Sanitário.

g) Tabela 8.B do Anexo III - Taxa de Licença para Alvará Sanitário – Grupos de Atividades.

h) Anexo V – Tabela de Alíquotas e Valores das Taxas de Expediente e Serviços Diversos – Atos da Vigilância Sanitária.

i) Anexo VI – Fundamento Legal e Demonstrativo de Cálculo de Atualização Monetária, Multas e Juros por Atraso no Pagamento de Tributos Municipais.

As legislações estarão disponíveis em:

http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Saude_Publica/

[Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12.](#)

CONHECIMENTOS GERAIS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos.
2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição.
3. Poderes e Deveres dos Administradores; uso e abuso de Poder. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder de Polícia Administrativa: conceito; competência; Poder de Polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções.
4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder Disciplinar Administrativo dos Servidores Públicos; Sindicância e processo administrativo; Estatuto dos Servidores da Prefeitura e da Câmara Municipal da Prefeitura de Aparecida de Goiânia (Lei Complementar nº 003/2001).
5. Bens públicos: conceito; classificação; afetação e desafetação; regime jurídico; aquisição; gestão dos bens públicos e alienação.
6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992).

Sugestões bibliográficas

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar n. 003/2001**. Disponível em:
<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=718>.

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=789>. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992**. Disponível em :
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 22.^a Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35.^a Ed., 2009.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL (DIREITOS REAIS)

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS -Direito das Coisas. Conceito, Distinção entre Direitos Reais e Direito Pessoais. Classificação dos Direitos Reais.
2. A POSSE - Conceito. Aquisição da posse. Efeitos da posse. Perda da posse.
3. A PROPRIEDADE - Conceito e caracterização do direito da propriedade.
4. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL -Transcrição do título. Atos sujeitos à transcrição.
5. USUCAPIÃO- Conceito. Espécies: Usucapião Extraordinário. Usucapião Ordinário. Usucapião Especial.
6. PERDA DA PROPRIEDADE IMÓVEL - Causas da extinção. Desapropriação. Retrocessão.
7. AQUISIÇÃO E PERDA DA PROPRIEDADE MÓVEL - Aquisição. Tradição. Usucapião. Perda de propriedade móvel.
8. CONDOMÍNIO - Conceito. Espécies de comunhão. Extinção. Compásuco. Condomínio Edifício: Conceito, condôminos e administração.
9. DIREITOS AUTORAIS - Natureza jurídica. Obras. Registro. Duração. Domínio público. Prescrição.
10. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE - Fundamentos e classificação dos limites ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança.
11. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS
12. DIREITOS REAIS DE GOZO E FRUIÇÃO - Enfiteuse. Servidões prediais. Usufruto. Rendas constituídas sobre imóveis.
13. DIREITOS REAIS DE GARANTIA - Penhor. Anticrese. Hipoteca. Alienação fiduciária em garantia.
14. DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO - Promessa irrevogável de compra e venda. Direito real de preferência.
15. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Livro III, Do Direito das Coisas – arts. 1.196 ao 1.510.

Sugestões bibliográficas

ASSIS NETO, Sebastião José de. **Curso básico de direito civil: direito das coisas**. Niterói: Impetus, 2010.

FACHIN, Luis Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direitos reais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FIUZA, César. **Direito civil: curso completo**. 14. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: volume 4 : direitos reais e direitos intelectuais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.

MELO, Marco Antônio Bezerra de. **Direito das coisas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito civil: volume 3 : direito das coisas**. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rego. **Instituições de direito civil: volume 4 : direitos reais : posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição**. 19. ed., de acordo com o Código civil de 2002 Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. **Das servidões**. Rio de Janeiro: Aide, 1984.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: direito das coisas**. v.5. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito civil: volume 4 : direito das coisas**. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: GEN: Método, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Livro III, Do Direito das Coisas – arts. 1.196 ao 1.510.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acessado em 13 março de 2012.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Noções de Constituição e Direito Constitucional.
2. Princípios fundamentais da Constituição da República (Arts. 1º ao 4º da CF/88).
3. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos (Arts. 5º a 16 da CF/88).
4. Da organização Político-Administrativa (Arts. 18 e 19 da CF/88).
5. Da União (Arts. 20 a 24 da CF/88).
6. Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28 da CF/88).
7. Dos Municípios (Arts. 29 a 31 da CF/88).
8. Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público (Arts. 37 a 41 da CF/88).
9. Organização dos Poderes (Arts. 44 a 135 da CF/88).
10. Da Segurança Pública (Art. 144).

Sugestões bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 24.ª Ed, 2.009.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 32.ª Ed., 2009.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação textual: efeitos de sentido, hierarquia dos sentidos do texto, situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal.
2. Modos de organização do texto: descrição, narração, exposição, argumentação, diálogo e esquemas retóricos (enumeração de ideias, relações de causa e consequência, comparação, gradação, oposição etc.).
3. Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, período, oração, pontuação, tipos de discurso, mecanismos de estabelecimento da coerência, coesão lexical e conexão sintática.
4. Gêneros textuais: editorial, notícia, reportagem, resenha, crônica, carta, artigo de opinião, rela-

tório, parecer, ofício, charge, tira, pintura, placa, propaganda institucional/educacional etc.

5. Estilo e registro: variedades linguísticas, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa.

6. Língua padrão: ortografia, regência, concordância nominal e verbal, flexão verbal e nominal, pronome, advérbio, adjetivo, conjunção, preposição.

Sugestões bibliográficas

ABAURRE; M. L. M.; ABAURRE; M. B. M. **Produção de texto. Interlocução e gêneros.** São Paulo: Moderna, 2007.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa.** Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DOUGLAS, TUFANO, **MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia.** São Paulo: Melhoramentos, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais.** São Paulo: Ática, 2000.

PLATÃO & FIORIN. **Lições de texto: leitura e redação.** 5 ed. São Paulo: Ática, 2006.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto: 2007.

MATEMÁTICA

1. Conjuntos Numéricos: Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; Números fracionários e decimais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto.

2. Razão e Proporção: Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros simples e composto.

3. Funções: Conceito e representação gráfica de funções afim, quadrática e modular.

4. Sistemas de equações lineares com duas incógnitas: Resolução, discussão e representação geométrica.

5. Geometria: Figuras geométricas planas: ângulos, retas, polígonos, circunferências e círculos; Relações métricas nos polígonos; Perímetro de polígono e comprimento de circunferência; Área de polígono e do círculo.

6. Noções de Estatística: Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos. Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda.

Sugestões bibliográficas:

Poderá ser utilizado qualquer livro de Matemática do ensino Médio que trate dos assuntos do programa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

1. Lei Complementar Municipal nº 005 de 30 de Janeiro de 2002. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, na área urbana e rural do Município de Aparecida de Goiânia e estabelece outras providências urbanísticas.

2. Lei Complementar nº 008 de 19 de abril de 2004. Altera os dispositivos do § 3º da Lei Complementar nº 005 de 30 de Janeiro de 2002 e dá outras providências.

3. Lei Complementar Municipal nº 017 de 13 de outubro de 2008. Altera a Lei Complementar Municipal nº 005 de 30 de Janeiro de 2002, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, na área urbana e rural do município e cria o conselho Municipal de Zoneamento e dá outras providências.

4. Lei Complementar nº 043 de 14 de dezembro de 2011. Emenda modificativa que altera o Parágrafo Único do Artigo 58 da Lei Complementar Municipal nº 005 de 30 de Janeiro de 2002, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, na área urbana e rural neste município e dá outras providências.

5. Lei Municipal nº 792 de 07 de dezembro de 1988. Cria o novo Código de Posturas do município de Aparecida de Goiânia e dá outras providências.

6. Lei Complementar Municipal nº 047, de 13 de fevereiro de 2012. Acrescenta os parágrafos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º ao artigo 203 da Lei nº 702 de 07 de dezembro 1998.

7. Lei Municipal nº 1353 de 24 de março de 1994. Institui o Código de Processo Administrativo Tributário e Fiscal, cria Colegiado de Recursos Tributários e dá outras providências.

As legislações estarão disponíveis em:

http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Posturas/

[Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 13/04/12.](#)

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

1. Lei Municipal nº 046, 21 de dezembro de 2011. Institui o Código Tributário do Município de Aparecida de Goiânia – Goiás, e dá outras providências.

a) Disposições Preliminares do Livro I – Do Sistema Tributário Municipal - artigos 1º ao 4º.

b) Capítulo I do Título III – Disposições Gerais das Taxas de Licença - artigos 115 ao 124.

c) Seção II do Capítulo II do Título III – Da Taxa de Licença para Funcionamento de estabelecimento em horário especial — artigos 139 a 140.

d) Seção III do Capítulo II do Título III – Da Taxa de Licença para o Exercício de Comércio ou Atividade Eventual, Feirante, Feirante Especial ou Ambulante — artigos 141 ao 148.

e) Seção IV do Capítulo II do Título III – Da Taxa de Licença para Ocupação de Áreas em Vias de Logradouros Públicos — artigos 149 ao 153.

f) Capítulo IV do Título III – Da Taxa de Expediente e Serviços Diversos - artigos 201 ao 205.

g) Capítulo V do Título III – Das Infrações e Penalidades - artigos 206 ao 210.

h) Livro Segundo – Parte Geral – artigos 254 ao 383.

i) Anexo III – Tabela 3 – Taxa de Licença de Funcionamento em Horário Especial.

j) Anexo III – Tabela 3 – Taxa de Licença de Funcionamento em Horário Especial – Tabela 3.A – de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços, exceto Bares, Boates, Danceterias, Clubes e Similares.

k) Anexo III – Tabela 3 – Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial – Tabela 3.B – de Estabelecimentos de Bares, Boates, Danceterias, Clubes e Similares.

l) Anexo III – Tabela 3 – Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial – Tabela 3.C – Licenciamento para Funcionamento de som em horário especial.

m) Anexo III – Tabela 4 – Taxa de Licença para o Exercício de Comércio ou Atividade Eventual, Feirante, Feirante Especial ou Ambulante.

n) Anexo III – Tabela 5 – Taxa de Licença para Funcionamento e Ocupação de Área em Vias e Logradouros Públicos.

o) Anexo V – Tabela de Alíquotas e Valores das Taxas de Expediente e Serviços Diversos – Secretaria de Regulação Urbana.

p) Anexo VI – Fundamento Legal e Demonstrativo de Cálculo de Atualização Monetária, Multas e Juros por Atraso no Pagamento de Tributos Municipais.

As legislações estarão disponíveis em:

[http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Posturas/
Retificado pelo Edital Complementar n.1 de 13/04/12.](http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Posturas/Retificado_pelo_Edital_Complementar_n.1_de_13/04/12)

CONHECIMENTOS GERAIS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos.
2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição.
3. Poderes e Deveres dos Administradores; uso e abuso de Poder. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder de Polícia Administrativa: conceito; competência; Poder de Polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções.
4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder Disciplinar Administrativo dos Servidores Públicos; Sindicância e processo administrativo; Estatuto dos Servidores da Prefeitura e da Câmara Municipal da Prefeitura de Aparecida de Goiânia (Lei Complementar nº 003/2001).
5. Bens públicos: conceito; classificação; afetação e desafetação; regime jurídico; aquisição; gestão dos bens públicos e alienação.
6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992).

Sugestões bibliográficas

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Lei Complementar n. 003/2001**. Disponível em:

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=718>.

<http://camaradeaparecida.go.gov.br/2009/estrutura/leis/ver1.php?id=789>. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992**. Disponível em :

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 22.^a Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35.^a Ed., 2009.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição e Direito Constitucional.
2. Princípios fundamentais da Constituição da República (Arts. 1º ao 4º da CF/88).
3. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos (Arts. 5º a 16 da CF/88).

4. Da organização Político-Administrativa (Arts. 18 e 19 da CF/88).
5. Da União (Arts. 20 a 24 da CF/88).
6. Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28 da CF/88).
7. Dos Municípios (Arts. 29 a 31 da CF/88).
8. Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e ao Servidor Público (Arts. 37 a 41 da CF/88).
9. Organização dos Poderes (Arts. 44 a 135 da CF/88).
10. Da Segurança Pública (Art. 144).

Sugestões bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Elementos de direito constitucional**. 4. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 24.^a Ed, 2.009.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 32.^a Ed., 2009.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Efeitos de sentidos produzidos nos textos.
2. Linguagem verbal e não-verbal.
3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação, pressuposto, subentendido, inferência, ironia, intertextualidade etc.
4. Uso de artigos, pronomes, substantivos e outros recursos estabelecadores da referência textual.
5. Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais (escolha lexical, progressão temática paralelismo sintático e/ou semântico, escolha e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido, orientação e força dos argumentos, repetição, retomadas, anáforas, conectivos, pontuação), conforme o gênero e os propósitos do texto.
6. Funcionalidade e características dos gêneros textuais: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, carta pessoal, aviso, charge, conto, crônica, tira, artigo de opinião e artigo de divulgação científica, reportagem, notícia, propaganda institucional/educativa, caricatura.
7. Funcionalidade e características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). Análise de indicadores presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo para confrontá-lo com o de outros textos, com outras opiniões e posicionar-se criticamente diante dele.
8. Organização da frase. Sujeito e complemento sintáticos. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz verbal. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. Adjetivos. Advérbios. Preposições. Conjunções.
9. Formação das palavras. Composição, derivação. Acentuação gráfica.
10. Variação linguística: sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Usos da língua no universo virtual.

11. Língua padrão normativa. Ortografia Oficial. Pontuação.

Sugestões bibliográficas

ABAURRE; M. L. M; ABAURRE; M. B. M. **Produção de texto**. Interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. **Língua portuguesa**: noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DOUGLAS, TUFANO, **MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições do texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

ILARI; R.; BASSO, R. **O português da gente**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto: 2007.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. **Português instrumental**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática**: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

AUDITORIA

1. Objetivos, finalidade e tipos de auditoria.
2. Planejamento, execução e relatórios.
3. Riscos de auditoria e controle interno.
4. Evidências, amostragem e papéis de trabalho.
5. Procedimentos de auditoria.
6. Revisão analítica, testes de saldos e classes de transações.
7. Normas relativas a formação de opinião do auditor.

Sugestões bibliográficas

ATTIÊ, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2010.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. São Paulo: Atlas, 2010.

BOYNTON, W.C; JOHNSON, R.N; KELL, W. G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica – NBC TA – Normas Brasileiras de Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente (ISAs) emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), 2009.

LINS, Luís dos Santos. **Auditoria: Uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa.** São Paulo: Atlas, 2011.

PEREZ Jr., José Hernandez. **Auditoria das demonstrações contábeis: Normas e Procedimentos.** São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Auditoria das Demonstrações Contábeis: Uma abordagem jurídica e contábil.** São Paulo: Atlas, 2011.

CONTABILIDADE EMPRESARIAL

1. Aspectos fundamentais da contabilidade.
2. Fatos contábeis e econômicos.
3. Classificação das contas patrimoniais e de resultado.
4. Estrutura e elaboração do Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado do exercício.
5. Operações com mercadorias e Operações financeiras.
6. Constituição e contabilização de reservas.
7. Avaliação em participações permanentes.
8. Intangíveis: critério de avaliação e contabilização.
9. Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Sugestões bibliográficas

ALMEIDA, M. C. **Contabilidade intermediária: textos, exemplos e exercícios resolvidos.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAPTISTA, Antônio Eustáquio e GONÇALVES, Eugênio Celso. **Contabilidade Geral.** São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC.** São Paulo: Atlas, 2010.

FEA/USP - Equipe de Professores. **Contabilidade Introdutória.** São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez e OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade Avançada.** São Paulo: Atlas, 2010.

SZUSTER, Natan et all. **Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas, 2010.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. O poder de tributar: competência e objetivos da tributação.
2. Tributo: Conceito e classificação.
3. Espécies de tributos: taxas, impostos, contribuições sociais e empréstimos compulsórios.
4. Limitações ao poder de tributar: princípios e imunidades.
5. Legislação tributária: fontes formais e materiais do direito tributário, vigência, aplicação,

integração e interpretação.

6. Obrigação tributária: conceito, espécies principal e acessória.
7. Fato gerador da obrigação tributária.
8. Sujeito ativo da obrigação tributária.
9. Sujeito passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável, domicílio tributário, capacidade tributária, solidariedade, responsabilidade por substituição, por sucessão, o terceiro responsável, responsabilidade por infrações.
10. Crédito tributário: conceito, natureza, constituição.
11. Lançamento: conceito, modalidade, regularidade.
12. Suspensão do crédito tributário.
13. Extinção do crédito tributário.
14. Exclusão do crédito tributário.
15. Administração tributária: fiscalização, Dívida Ativa e Certidão negativa.
16. Impostos municipais: IPTU/ITU/ISS/ISTI.
17. O Processo Administrativo Tributário e Fiscal.

Sugestões bibliográficas

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 18 Ed. São Paulo, 2012.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquemático**. 6 Ed. São Paulo, 2012.

CASSONE, Vittorio; CASSONE, Maria Eugênia Teixeira Cassone. **Processo tributário: teoria e prática**. São Paulo, Atlas, 2011.

HARADA, Kyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 20 Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

1. Lei Municipal nº 1.353, de 24 de março de 1994 (com alterações) - Institui o Código de Processo Administrativo Tributário e Fiscal, cria o Colegiado de Recursos Tributários e dá outras providências.
2. Lei Municipal nº 046, 21 de dezembro de 2011 – Institui o Código Tributário do Município de Aparecida de Goiânia – Goiás, e dá outras providências.
3. Decreto “N” nº 960, de 05 de agosto de 2004 (com alterações) - Regulamenta a Lei nº. 1332/93, que institui o CTM – Código Tributário, na parte em que menciona e dá outras providências.
4. Decreto “N” nº 069, de 22 de fevereiro de 2006 - Dispõe sobre a retenção na fonte e recolhimento do ISSQN pelos contribuintes especificados e dá outras providências.
5. Decreto “N” nº 187, de 19 de junho de 2009 (com alterações) - Regulamenta dispositivos da Lei Municipal nº 1.332, de 22 de dezembro de 1993 – CTM, disciplina a nota fiscal de serviços eletrônica, a declaração eletrônica de prestadores e tomadores de serviços, e dá outras providências.

As legislações estarão disponíveis em:

http://www.aparecida.go.gov.br/concursos/Fiscal_de_Tributos/Retificado_pelo_Edital_Complementar_n.1_de_13/04/12.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

1. Juros simples, Descontos Simples e Equivalência de Fluxos de Caixa.
2. Montante e Capital.
3. Juros compostos e Descontos.
4. Inflação e Correção Monetária.
5. Taxas de Juros.
6. Séries Uniformes.
7. Séries Não Homogêneas.
8. Sistemas de Amortização.

Sugestões bibliográficas

ASSAF NETO, A. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Matemática Financeira com HP 12C e Excel**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DA SILVA, André Luiz Carvalhal. **Matemática Financeira Aplicada**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, C. M. **Matemática Financeira com HP 12 c e Excel: Uma Abordagem Descomplicada**. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.

GOMES, J. M.; MATHIAS, W. F. **Matemática Financeira**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERAS, Lila. Ladeira. **Matemática Financeira**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.